

38º Encontro Anual da Anpocs;

GT37 Sociologia e antropologia da moral

**Sigilo, confiança e práticas de moralidade nos serviços de inteligência da
PM no Ceará.**

**Ricardo Moura Braga Cavalcante (UFC) e Leonardo Damasceno de Sá
(UFC)**

Romano (2008a) afirma que “a democracia começa e termina com o segredo”. Isso se deve à importância do sigilo para a vida pública. Saber gerir as informações relativas aos assuntos estratégicos do Estado é uma arte expressa por meio de uma razão específica que não teme se valer da dissimulação, mentira e ocultamento como expedientes para a manutenção do poder. Esta é uma imagem pública bastante difundida do que seja o segredo na sua relação com o poder. As discussões de Foucault sobre os confrontos entre Estado de Polícia e Estado de Direito são reveladoras também desses problemas de constituição de uma frágil e tênue moralidade pública dos agentes discricionários do Estado, afinal, a teoria da razão de estado reivindicava o exercício de um poder estatal que funcione à revelia de questões legais, jurídicas e de direito, vistos pelos agentes do Estado de Polícia como limitadores de poder; ou seja, para incrementar as forças do Estado policial, os agentes estatais poderiam agir contra a lei, a moralidade e os costumes (Foucault, 2008). No entanto, até que ponto a ocultação da verdade por parte do governo ou a invasão de privacidade em nome das mais diversas causas, em especial da segurança, vão de encontro aos princípios que regem a moralidade pública? Que moralidades emergem das práticas dos agentes responsáveis por lidar com assuntos onde o segredo é concebido como uma necessidade absoluta e a dissimulação uma atitude corrente? Essas são algumas questões a ser debatidas na presente pesquisa a partir de uma etnografia feita pelo autor com agentes de inteligência da Polícia Militar do Ceará, dialogando com outra etnografia feita pelo coautor sobre a formação dos filhos do Estado na PM do Ceará e sobre as greves policiais, onde se aprende, entre outras capacidades agentivas, os serviços ditos “reservados” da P2 (como também costuma ser chamado esse setor)¹.

O objetivo do presente artigo é analisar os discursos dos agentes policiais secretos, reservados, à luz da relação entre o segredo de Estado e o respeito às leis e à moralidade pública requerida pelo serviço público em geral, bem como descrever as práticas morais informais, cotidianas, ligadas aos pertencimentos

¹ Este artigo amplia e aprofunda as questões abordadas em um texto apresentado na edição passada da Anpocs, em 2013, no SPG 18 - Práticas das instituições do sistema de segurança pública e de justiça criminal. Trata-se do artigo “Polícia Civil e Serviço Reservado da PM: campo de tensões”, de Ricardo Moura Braga Cavalcante.

socioculturais dos agentes estatais que informam suas condutas no contexto de interação com sujeitos criminais ou não criminais nas atividades de investigação policial secreta.

Inteligência: conceitos e definições

Os serviços de inteligência têm origem bastante remota. Na Bíblia, as atividades de espionagem, ainda que de maneira rudimentar, já eram descritas. Horn (2011) esboça uma tentativa de periodização dos serviços secretos: “Os mistérios do Estado”, no período medieval, as doutrinas modernas do “*arcana imperii*” e o moderno “segredo de estado”. Na primeira etapa, a informação sobre os assuntos do Estado era algo sobre o qual as pessoas comuns não teriam a menor possibilidade de acesso. Segundo Romano (2008b), os reis ingleses, por exemplo, não acreditavam que deveriam prestar conta aos seus súditos. Por sua natureza divina, seus desígnios deveriam ser regidos como tais. Quem ousaria questionar a vontade divina de forma impune? O segundo momento vê a produção do segredo estatal como assunto para um *corpus* específico de profissionais que constitui os serviços de inteligência. Pontos estratégicos, planos de ataque e informações confidenciais são a base dos conteúdos a serem protegidos. O modelo contemporâneo foi se constituindo a partir do século XIX e ganhou contornos definitivos apenas na década de 1940, graças ao trabalho de Sherman Kent, acadêmico americano que traçou as diretrizes dessa atividade. Em seu livro, Kent afirma que “inteligência” nos governos é baseada em um conjunto de instituições com esse nome: os serviços de inteligência ou as comunidades de inteligência. Nesse sentido, atividades de inteligência são o que essas agências fazem e conhecimentos em inteligência (*intelligence knowledge*) é o que produzem. Diuturnamente, os agentes de inteligência coletam dados e produzem informações nos limites entre o legal e ilegal a serviço dos governos. Se o conceito clássico de inteligência forjou-se na competição entre países, hoje há um uso disseminado de recursos de monitoramento e vigilância para uso interno, no que se convencionou denominar de segurança interna (*homeland*, em inglês). Nesse caso, as questões éticas, morais e políticas tornam-se ainda mais incandescentes, haja vista que se os próprios cidadãos passam a ser espiões e espionados sob o argumento do combate ao inimigo. Os agentes de inteligência compõem uma

verdadeira máquina de guerra, na concepção deleuzeana do termo, cujo controle nem sempre ocorre a contento por parte do Parlamento e do chefe do Executivo. Por causa disso, vez ou outra, casos de desrespeito dos direitos humanos e de violação da privacidade, sempre em nome da “segurança nacional”, são divulgados na imprensa, despertando a indignação e o repúdio da opinião pública. O mais recente deles, trazido à tona pelo agente Edward Snowden, causou estremecimentos nas relações diplomáticas entre países e um questionamento global ao modelo de monitoramento e coleta de informações desenvolvidos pelos Estados Unidos.

O conceito de inteligência é bastante amplo e se estende a diversas áreas. Na verdade, essa inflação do conceito é um aspecto bastante interessante a ser considerado. Há um sem número de publicações que se valem da expressão “inteligência” sob as mais diversas matizes. Um exemplo disso ocorre na Administração, quando se fala de inteligência empresarial e inteligência competitiva. O ponto de partida é a busca pela melhor forma de gerir o enorme volume de dados gerados e coletados. O que se tem em mente nesses casos é a melhoria da gestão da informação no interior das organizações, permitindo assim ganhos do ponto de vista econômico e de desempenho. Quando nos referimos à inteligência no âmbito dos governos, no entanto, é preciso fazer algumas considerações. Não se está tratando somente de um serviço de informações, mas as ações relacionadas a relações internacionais, defesa, segurança nacional, sigilo e órgãos destinados exclusivamente a esses fins (HERMAN, 1996).

Inteligência no contexto da segurança pública

Há um vasto campo de trabalhos e pesquisas sobre a polícia. A cada ano, artigos e publicações se debruçam sobre o tema, sob os mais diversos ângulos. Apesar disso, há, proporcionalmente, poucos trabalhos sobre o papel da inteligência na atividade policial. O assunto é quase sempre abordado de maneira indireta, no interior de uma temática mais ampla sobre policiamento ou organização policial. A inteligência militar e de Estado contam com muito mais produção teórica. Há revistas especializadas e livros.

No que diz respeito à inteligência policial, os Estados Unidos e alguns países europeus (Inglaterra e Espanha, são os casos mais expressivos) possuem um acervo considerável de pesquisas e livros publicados sobre o tema². O assunto ganhou ainda mais projeção após os atentados terroristas do 11 de Setembro. No Brasil, como já foi dito, a produção ainda é pouco extensa. Por muito tempo, o setor de inteligência foi confundido com o de polícia secreta. O fato de o País ter passado tantos anos sob o governo de uma Ditadura Militar contribuiu fortemente para que isso ocorresse. Essa indefinição e o desconhecimento sobre os meandros da atividade possivelmente contribuíram para que o tema ficasse à margem de uma série de discussões tidas como mais relevantes ou urgentes. Esse cenário começou a mudar com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) que estabeleceram uma prática mais profissional e transparente (na medida do possível) à atividade.

Ainda assim, há alguns trabalhos que apontam para essa abertura de análise, como o de Guaracy Mingardi (2006), “Inteligência Policial e Crime Organizado”, em que ele procura estabelecer as bases conceituais da atividade de inteligência nos órgãos de segurança pública, além de uma descrição do seu funcionamento a partir da experiência de São Paulo. Conforme o autor, não há um sistema definido para a inteligência policial no Brasil. Cada Estado adota uma estratégia própria. A multiplicidade e a diversidade de órgãos de inteligência acabam fazendo com que as informações não sejam geradas e disponibilizadas em tempo hábil para se coordenar algum tipo de ação reativa ou preventiva. “Existem muitos órgãos e pouca inteligência”, sentencia.

Couto (2006), por sua vez, busca traçar uma distinção entre inteligência policial e inteligência criminal. Enquanto a primeira estaria relacionada ao trabalho de coleta de informações e análises de dados estatísticos, a segunda refere-se às atividades investigativas, tendo em vista a prisão de acusados. Esse é um ponto importante, uma vez que a Polícia Militar costuma sempre alegar estar fazendo inteligência policial e não inteligência criminal. Relatos de

² Nas referências bibliográficas há uma extensa relação de material, entre os que já foram consultados para o presente texto e os que deverão ser lidos no decorrer do doutorado. Essa produção se estende desde a base conceitual de inteligência até etnografias de modelos específicos de policiamento.

agentes da 2ª Seção obtidos nesta pesquisa, no entanto, mostram que essa distinção nem sempre existe na prática. Sobre isso, Mingardi (2007) faz uma afirmação provocadora. Para o estudioso, “o que é apresentado como trabalho de Inteligência nada mais é do que uma investigação policial um pouco mais sofisticada”.

Mais recentemente, um bom panorama do que está sendo debatido atualmente na área é o livro “Inteligência de Segurança Pública – teoria e prática no controle da criminalidade”, de 2013. A obra reúne autores de diversas instituições (Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Receita Federal, universidades) que abordam o assunto sob prismas diversos. A publicação é resultado do trabalho desenvolvido pelo Diretório de Pesquisa do CNPq “Inteligência Governamental”.

Ugarte (2013), um dos autores que participam da coletânea, também faz uma discussão sobre as diferentes terminologias que costumam se aplicar à Inteligência de Segurança Pública. Em oposição a Couto, para o autor nem a expressão Inteligência Criminal (uma tradução literal do inglês *criminal intelligence*) e nem Inteligência Policial, termo usualmente usado nos países da América Latina, são plenamente adequadas. Ugarte prefere a denominação “inteligência sobre o crime”.

Um dado relevante observado pelo autor é a vinculação que a inteligência policial possui com a inteligência de Estado na América Latina. O histórico de governos militares teria feito com que a “função policial” e a atividade de inteligência se tornassem algo indistinto.

O fato de se coordenar a atividade de inteligência e a atividade policial para a luta contra o outrora inimigo interno gerou uma tradição de coordenação da atividade informativa de todo tipo, sem distinguir quando se tratava de *atividade policial* ou *atividade de inteligência* (UGARTE: 2013, p.XXXIII).

Essa constatação é um aspecto-chave para este trabalho. Mesmo com a reformulação organizacional ocorrida em 2012, a Polícia Militar do Estado do Ceará permanece sendo definida como “força auxiliar e reserva do Exército”. Além disso, a PM é subordinada diretamente ao governador do Estado, com

todas as repercussões que isso possa implicar³. Por toda a parte é possível encontrar vestígios da ideologia de segurança nacional nos discursos dos agentes de segurança pública. A ideia de um inimigo a ser combatido está sempre presente, de forma mais ou menos explícita. O ponto de partida dessa análise é compreender o papel da inteligência como um ponto de interseção entre dois dispositivos citados por Foucault (2008): o dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia. Dentre os instrumentos do primeiro dispositivo destacam-se o funcionamento judicial da guerra, a diplomacia, um corpo militar permanente e, por fim, um aparelho de informação⁴. O segundo dispositivo atua no plano interno. A polícia exercerá “o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado” (FOUCAULT, 2008: 433).

A integração desses dispositivos que, posteriormente, serão denominados de “mecanismos de segurança” representam uma importante chave de importante para que se possa compreender a diferenciação entre segurança pública e defesa social. Embora o primeiro termo seja de entendimento relativamente acessível, durante muito tempo a segunda expressão nos inquietou por constar na denominação oficial da Secretaria da Segurança Pública. O que realmente “defesa social” queria dizer nessa circunstância? Haveria algum tipo de linha de ação no interior da máquina estatal que justificasse tal denominação?

O aprofundamento teórico no campo de estudo nos fez perceber que os órgãos de segurança muitas vezes norteiam suas ações por meio de conceitos e terminologias mais afeitos ao campo militar do que a uma concepção de segurança cidadã e democrática. Nesse aspecto, a defesa social encontra-se

³ Essas afirmações estão contidas nos dois primeiros artigos da Lei nº 15.217, de 5 de setembro de 2012, que confere nova organização e atribuições à Polícia Militar.

⁴ Enquanto os três primeiros instrumentos são explicitados durante uma das conferências ministradas por Foucault no College de France, o aparelho de informação aparece somente como uma anotação à margem da página, indicando possivelmente um tema a ser desenvolvido de maneira mais satisfatória pelo autor. O trecho anotado é o seguinte: "Quarto instrumento: um aparelho de informação. Conhecer suas próprias forças (e, aliás, ocultá-las), conhecer a força dos outros, aliados, adversários, e ocultar que as conhece. Ora, conhecê-las implica saber em que consiste a forças do Estados" (FOUCAULT, 2008: 403). Agradeço ao professor Leonardo Sá o olhar atento a esse detalhe que me passou despercebido em uma primeira leitura do texto.

muito presente nesse dispositivo de identificação, busca e captura dos “indivíduos perigosos”. Parafraseando o título de um dos cursos de Foucault no *College de France*, é preciso defender a sociedade. E, nesse movimento de proteção aos “cidadãos de bem”, a inteligência policial desempenha uma importante função.

Em outra frente e no interior do que se propõe este artigo, fazemos uma discussão teórica-analítica dos conceitos que compõem a atividade de inteligência como o sigilo, a ocultação (disfarce), bem como o processo de gestão do conhecimento no interior de uma rede de informantes. Para compreender essas categorias, estabelecemos um diálogo entre autores clássicos da sociologia, como Simmel e Tarde, e pensadores contemporâneos, como Deleuze e Latour.

Conforme a doutrina de inteligência (REGO, 2013), os agentes não buscam obter a verdade absoluta, mas uma aproximação o mais fiel⁵ possível dela que permita a elaboração de um informe que servirá como subsídio à tomada de decisão. Há, nessa atividade, um modelo de produção de conhecimento (ciclo de inteligência) que varia conforme a instituição que o emprega⁶. A escala no grau de aquisição de conhecimento pode ser descrita da seguinte forma: dados, informe, informação e, por fim, o conhecimento. Para que essa informação seja obtida, no entanto, é preciso adotar algum tipo de estratégia. Por princípio, ninguém é obrigado a revelar o que sabe. Além disso, quem contribuiu com a polícia pode deixar de prestar auxílio pelos mais diversos motivos. Os entrevistados para essa pesquisa ressaltam que é preciso estabelecer uma relação mínima de confiança com o informante para que ele possa fornecer a informação que se busca. Informante esse que pode ser o familiar de alguma vítima, uma testemunha ocular ou, até mesmo, um criminoso. É evidente que há quem pague por essa informação ou quem recorra a métodos violentos para obtê-la. O que nos interessa nessa pesquisa, contudo, é

⁵ A expressão “fiel” não foi empregada aqui de forma displicente. Nos círculos de inteligência, há uma grande preocupação em se produzir a informação mais fidedigna possível. Para tanto, diversos recursos são mobilizados, como gravador de áudio, filmadoras e, principalmente, a capacidade do agente de observar, memorizar e descrever as características mais marcantes de seu alvo.

⁶ Goffman (1971) descreve alguns “jogos de expressão” (*expression games*) adotados por profissionais de inteligência para conseguir seus objetivos.

compreender essa economia de interações sociais que os agentes precisam levar em consideração para que possam manter em funcionamento suas redes de informantes. É preciso, certamente, contar com um mínimo de competências para fazer com que isso ocorra da maneira mais eficiente possível⁷.

No que diz respeito à área de segurança pública, as agências de inteligência são as responsáveis pela gestão da informação e do sigilo. A 2ª Seção ou Serviço Reservado insere-se em um segmento do sistema policial conhecido como inteligência. Pelas suas características, ele se aproxima do que é feito pelas polícias Federal e Civil. A suposta sobreposição de funções acarreta por vezes atritos entre os dois órgãos. Cabe a esse setor transformar o montante de dados que chegam ou que são produzidos diariamente pela polícia (estatísticas, relatórios, denúncias etc) em informação relevante que possa subsidiar as ações dos demais setores da polícia (INNES; SHEPYTCKI, 2004). Contudo, o grau de detalhamento necessário para que esses dados possam gerar resultados mais efetivos exige conhecimentos mais específicos, que os que são fornecidos pelas estatísticas criminais.

É preciso um trabalho de investigação que exige, por vezes, a infiltração do policial na rede criminosa ou na comunidade que deverá ser alvo de futura intervenção policial. Constitucionalmente, esse trabalho caberia às polícias Civil e Federal. No entanto, por causa de sua capilaridade e de um histórico de deficiência crônica no contingente de policiais civis, a Polícia Militar atua com bastante desenvoltura nesse setor por meio da 2ª Seção. Ao contrário do policial militar que trabalha nas ruas, seja fazendo patrulha móvel ou em pontos fixos, o policial do P2 age à paisana, despertando assim menos atenção que seus companheiros de farda. O recurso é necessário para que ele possa agir com mais segurança, em especial nas tarefas que exigem um agente infiltrado⁸. O trabalho desenvolvido pela 2ª Seção é fundamental para a resolução de diversos casos gerados (ou não) pela demanda da população e que exigem uma resposta rápida dos órgãos de segurança. Em alguns dos casos

⁷ Competência aqui não somente profissional, mas interpessoal conforme definição de Garfinkel (2006, p.71).

⁸ Os pontos de convergência e divergência entre as duas instituições, bem como a organização dos agentes de inteligência no interior da PM são tratados de forma mais abrangente em CAVALCANTE (2013).

levantados, a ordem para a investigação partia diretamente do comandante do batalhão ou da companhia. Em outros, o Serviço Reservado agia como um elemento a mais nas operações da polícia. Essa suposta eficácia nos leva a concordar com WACHTEL (1992), quando ele afirma que

When the police use deception to keep the peace or apprehend wanted person, the cause seems just, so lies can be brushed off as just another unavoidable costs of urban life (...) Deceptive behavior that prevents violence or result in the arrest of a fugitive hardly seems to threaten the fabric of a democracy (139).

Uma das dificuldades para quem trabalha no serviço de inteligência, no entanto, é ter de voltar a atuar como civil depois de um intensivo processo de formação policial. Adotar uma postura mais relaxada, evitar o uso dos jargões policiais, usar cabelo longo e barba, portar tatuagens são subterfúgios que auxiliam na composição de uma nova “persona”. Como nos disse um interlocutor, é preciso desaprender a ser policial. É preciso desconstruir, pelo menos na sua aparência externa, o *ethos* do policial militar, tornando-se assim uma espécie de “antiPM”. Um exemplo disso é o fato de os policiais do reservado não baterem continência e nem terem de trabalhar nos quartéis. A prestação de contas de suas atividades deve-se exclusivamente ao seu comandante sob a forma de relatórios. Segundo um dos interlocutores, ele levou cerca de um ano e meio para assumir de vez o novo estereótipo. “Por causa dessa nova formação, às vezes esquecia até que era policial”, revela.

No que se refere à formação, ele nos revelou que os policiais da Segunda Seção recebem treinamento da Polícia Federal, da Abin e dos próprios colegas de seção, os “antigões”. Os cursos são intermitentes e se referem a ações pontuais. Três palavras são fundamentais no processo de obtenção de dados: Observação – Memorização – Descrição (OMD). O uso correto do método OMD sob o mais extremo sigilo é determinante para ao sucesso de uma missão. O militar explica que, no caso de uma perseguição, se o perseguido olhar para trás mais de uma vez, dando a entender que desconfia estar sendo seguido, o policial que o está acompanhando fica “queimado”, devendo ser substituído por outro. É fundamental observar sem se deixar ser observado, acrescenta. Ele relata, com orgulho, uma missão feita na qual ele se valeu da estratégia de se

tornar amigo de um assaltante. O grau de intimidade era tamanho que a mãe do alvo lavava as roupas dele e fazia suas refeições. Haroldo (nome fictício) conta que, depois que o assaltante foi preso, ele chegou a visitá-lo na prisão como forma de manter o disfarce estabelecido.

Há uma recomendação na doutrina de inteligência de que o policial do reservado não faça a prisão de quem ele estava monitorando. O procedimento padrão é a confecção de um relatório para envio ao comandante. O documento deve preencher o critério de ISA (indício suficiente de autoria)⁹. As ações a serem tomadas em seguida, então, passam para uma esfera de atuação distinta da 2ª Seção. De posse desses dados cabe aos policiais fardados que realizam o policiamento ostensivo ou aos policiais agir no sentido de prender o acusado. No dia-a-dia, contudo, muitas vezes os policiais da P2 são acionados para cumprir missões de captura sem qualquer tipo de camuflagem, como se atuassem no policiamento ostensivo. A definição da operação passa pelo alvo e por quem solicita, explica o PM. Ele cita o caso de um roubo de uma câmera de vídeo de uma emissora local. Após uma intensa investigação, os criminosos foram presos e o equipamento recuperado. Segundo Haroldo, nunca ele “passou tão bem”. “Andávamos em carrões e comíamos do bom e do melhor”, disse. Em muitas ocasiões, o trabalho de monitoramento teve de ser abortado em prol de demandas que chegavam sob as mais diversas origens. Um dado que chama atenção é como o policial do P2 se refere ao seu parceiro no cotidiano: “cobaia”. Dentre outros motivos, isso se deve ao grau de confiança que um deve ter no outro. Haroldo cita o exemplo no qual o “cobaia” dele simulou ter aceito o recebimento de propina para que uma acusada de praticar o golpe “boa noite cinderela”¹⁰ fosse presa. A ação ocorreu sem que houvesse um acerto prévio e foi resultado de uma iniciativa imediata. Se o parceiro recusasse a propina, por qualquer motivo, eles teriam perdido a chance de detê-la, mas graças ao testemunho da “cobaia”, a mulher pôde ser detida legalmente.

⁹ Conforme determina o Código de Processo Penal:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

¹⁰ Nome dado à modalidade criminosa em que a vítima é drogada e roubada após perder a consciência.

A confiança é item essencial para o interlocutor. Por essa e outras razões, há uma certa antipatia por parte dos demais policiais militares em relação a quem atua no serviço reservado. Para muitos PMs, os agentes da P2 são “traíras” por “entregá-los” aos órgãos de corregedoria e conselhos militares quando cometem algum ato de transgressão. O apartamento entre esses dois modos distintos de ser policial militar é uma decorrência disso. Isso não impede, contudo, de que os membros do serviço reservado vejam a si mesmos como integrantes de uma espécie de “elite” dentro da corporação. Ao contrário dos integrantes do Raio¹¹, que desfrutam de grande popularidade atualmente, seus feitos não podem ser tornados públicos. Os sucessos das ações têm de ser comemorados dentro de um círculo extremamente restrito.

Segredos e confiança no cotidiano dos agentes de inteligência

Um de nós, o autor, negociou com um dos interlocutores a presença em meio a uma equipe de policiais do reservado¹². Fez a proposição de que queria passar um período de tempo com eles para observar o modo como eles atuavam. A data combinada foi uma terça-feira de manhã. Sabia que não poderia ir até o quartel encontrá-los, por isso deixou o carro em uma rua próxima e ligou avisando de que estava chegando. E o relato desse encontro é feito a seguir.

A primeira missão naquele dia havia ocorrido logo cedo. Eles foram verificar a denúncia de um ponto de venda de drogas em um bairro vizinho. Nenhuma quantidade significativa de entorpecente foi achada. O CABO mostrou, no entanto, extratos de depósitos bancários e pagamentos, além de papéis de caderno com informações referentes a contas bancárias, contabilidade e dívidas de usuários. A informação havia partido do sistema de teledenúncias. Segundo eles, as denúncias que chegam ao órgão são transcritas em breves relatórios e carimbadas com a expressão “reservado”. De

¹¹ Equipe de motopatrulhamento voltada para intervenções de risco mais elevado e que desfruta de bastante prestígio entre a população de Fortaleza. Embora seja um grupo de elite, o Raio vem sendo constantemente acionado para realizar ações ostensivas, fugindo de sua missão primordial.

¹² O relato que segue é feito por Ricardo Moura Braga Cavalcante. As reflexões analíticas e teóricas, contudo, representam um esforço em conjunto do autor e do coautor.

acordo com a localização, elas são distribuídas aos batalhões para que os agentes de inteligência apurem a procedência ou não do fato informado. De acordo com o CABO, muitas denúncias que chegam não passam de trote. Outras, contudo, realmente auxiliam o trabalho policial.

Na semana anterior, um dono de mercadinho fora morto naquela região. O crime teve bastante repercussão, pois o estabelecimento já havia sido alvo de assaltantes outras vezes e seu proprietário era tido como uma pessoa querida pelos moradores. No dia anterior, o mercadinho foi novamente roubado. Dois homens em uma moto renderam a viúva e levaram o que puderam do local.

Naquele mesmo dia, a família da vítima se queixou a um jornal de que a polícia não estivera por lá acompanhando o caso. Pois bem, diante dessa reclamação, os policiais decidiram ir até o local. A proprietária olhou para o veículo do reservado, do caixa, com um jeito desconfiado. Talvez, ela soubesse que aquele era um veículo da polícia. Ulisses desceu e conversou com uma pessoa na entrada do mercadinho. De onde eu estava, não havia a mínima possibilidade de saber o teor da conversa. Os policiais se queixaram do crime ter ocorrido há quase uma semana e não haver nenhuma pista sobre os autores.

Se os PMs fardados costumam falar pouco, os agentes de inteligência falam menos ainda. As perguntas feitas pelo pesquisador sempre eram respondidas com frases curtas e incompletas. Fazer menção aos casos de maior repercussão em que eles estiveram envolvidos era uma tentativa de lhes fazer falar. Foi uma boa estratégia, pois permitiu obter mais dados sobre as ocorrências a partir das informações repassadas à imprensa.

Após essa primeira ocorrência, eles seguiram para outra, considerada uma atividade tradicional dos órgãos de inteligência, que é conhecida como investigação social. A ação tem como meta avaliar a idoneidade dos candidatos aprovados na Polícia Militar. São investigadas as vizinhanças em que o candidato reside, locais anteriores de trabalho, espaços de lazer e de educação. O alvo da investigação desta vez era uma jovem que queria tornar-se soldado da PM. A equipe foi à rua em que ela morava, à academia e a um antigo local de trabalho. Os policiais têm uma ficha com questões abertas a serem preenchidas. Conforme soube, ninguém tinha sido reprovado na Investigação

Social por aquela equipe.

Por fim, a equipe de policiais foi a uma favela em busca de um acusado de assalto e roubo, conhecido por “Neo”. Entramos por vias estreitas localizadas às margens de um rio. Essa era mais uma denúncia que chegara pelo teledenúncias. Casos assim são chamados pelos policiais de TDN. As investigações sociais, por sua vez, são conhecidas como IS. A equipe deu a volta e foi atrás de “Neo” em outro logradouro. No caminho, avistou-se um grupo de adolescentes em uma calçada. Segundo o CABO, aquele local era um ponto de vendas de drogas. “Quando voltarmos, quero ver se vai ficar alguém aí”, disse. Depois de uma curva à esquerda, chegamos à residência de “Neo”. Era uma casa bem simples, com um grande portão de ferro. A rua não tinha saída mais adiante. Enquanto Ulisses e SD2 foram até a porta para travar contato com os moradores, o CABO se dirigiu ao fim da rua na tentativa de avistar alguma possibilidade de fuga.

Segundo SD, a intenção era obter uma imagem do suspeito para que ela fosse incluída nos registros dos policiais. A carteira de trabalho do irmão de “Neo” foi retida para que o nome dele fosse anotado. Os policiais perguntaram a ele se estava respondendo alguma coisa criminalmente. O irmão negou. O pai de ambos declarou à polícia que “Neo” não morava mais ali e que o outro filho, “embora fumasse uma maconhazinha”, não mexia com ninguém nas redondezas. O irmão de “Neo” era magro, de estatura média e tinha marcas de ferimentos pelo corpo. Conforme seu relato, o último emprego que teve foi como entregador, em uma moto.

Após o registro dos dados, o documento foi devolvido e partimos de volta. Segundo eles, não era possível ter acesso ao sistema de informações da polícia no batalhão e, por isso, eles teriam de fazer esse trabalho no distrito policial.

Assim como ocorreu na primeira conversa que com Ulisses, o tom da conversa foi de lamentações sobre a falta de gestão na corporação e demais problemas que afetam o fazer policial. Embora o carro estivesse descaracterizado, os policiais se queixam bastante do veículo que usam pelo fato de estarem com o mesmo modelo há dois anos. Segundo os PMs, o risco de serem alvos de um atentado é concreto, haja vista o carro já ser conhecido por alguns criminosos. O CABO revela que um veículo do Coin já foi vítima de

uma ação do gênero. O rádio do Gol capta a frequência policial graças a uma “adaptação” feita pela equipe. Não é possível, contudo, se comunicar com o restante da tropa pelo equipamento. A solução é usar os celulares. O equipamento é vital para os policiais, pois é a principal forma de comunicação com a população. “Quando eu chego na casa da vítima, busco conversar, mas sei que num primeiro momento é difícil. O que eu faço? Deixo meu número com ela para que me retorne assim que tiver vontade de falar”, explica SD. De acordo com os agentes, a recarga do aparelho é paga por eles mesmos.

Os equipamentos também são motivos de queixa. Os coletes são os mesmos usados pelos PMs fardados. Por causa do peso, se tornam um empecilho para quem anda à paisana. Há coletes especiais, mais leves e mais discretos, mas eles não estão disponíveis aos agentes. O mesmo acontece com a arma. A pistola .40 é grande e pesada, dificultando assim seu transporte no cós da calça. Há uma versão da pistola de mesmo calibre, menor e mais leve, igualmente inacessível.

Todo o material coletado é registrado em um arquivo e armazenado em um banco de dados. As informações são compartilhadas com as demais unidades de inteligência da corporação, alimentando a rede de conhecimentos sensíveis do Estado. Embora trabalhem oficialmente das 8 às 17 horas, os policiais afirmam que podem ser acionados a qualquer momento, dependendo da gravidade da situação. “Os policiais fardados cumprem o seu horário e se desligam do serviço. Nós não. Além disso, nosso carro é conhecido, por isso ficamos muito expostos”, afirma Ulisses.

Para superar essas limitações, o trio desenvolveu algumas estratégias de ação com o objetivo de potencializar o trabalho. Uma delas é a de abordar suspeitos somente com apoio da viatura e nunca de forma individual. Conforme os agentes, a medida proporciona mais segurança que é reforçada pelo fato de eles abordarem sempre de surpresa, deixando o adversário em situação desvantajosa. Há exceções, é claro. Eles afirmam que, se se depararem com algum criminoso de forma inesperada, a abordagem tem de ser feita de modo convencional.

O trabalho de infiltração, como representado no imaginário social, é artigo raro. De acordo com Ulisses, o policial que se aventurar nesse caminho pode se

perder ou para as drogas ou para o crime. Ele critica a falta de acompanhamento psicológico para quem atua em situações de extremo risco. “Falta acompanhamento psicológico e assistência jurídica. Se sofrer uma acusação, o policial é obrigado a se defender sozinho”, afirma o CABO.

Respondendo a uma pergunta sobre as ações bem-sucedidas realizadas por eles, para a equipe três merecem destaque: esclarecimento da morte do dono de uma locadora de videogames, elucidação de um duplo homicídio na saída de uma casa de shows, e a solução do assassinato de um vigilante de escola. “São casos que tivemos de trabalhar nos detalhes, vendo as evidências”, explica SD2, com orgulho da ação.

No caso do vigilante, a identificação dos criminosos só foi possível graças a um caderno escolar. Para ter acesso à escola, os assassinos pediram emprestado o caderno a uma aluna. Após o crime, o material foi deixado no local. Nele, havia o endereço da estudante que, procurada, deu pistas valiosas sobre os autores do homicídio.

Ulisses ressalta a importância de se procurar pistas assim que o crime for notificado. Ele afirma que, no calor do ocorrido, as informações são mais valiosas e precisas. Esse seria o diferencial de uma investigação bem-sucedida. Mais uma vez, ele criticou o termo “serviço reservado”. Para ele, essa é uma expressão dos anos 1980. O que haveria hoje seria um trabalho de inteligência, de coleta de dados, que vai além do serviço reservado tradicional.

Ulisses confessa que realmente faz trabalho de investigação criminal, tema tabu entre quem trabalha com Inteligência Policial. “Na verdade, nós fazemos isso, essa coleta de dados de investigação”, afirma.

Ao serem perguntados sobre o porquê da Polícia Civil não realizar esse trabalho a contento, o que dá margem para a atuação mais direta do Reservado no campo da investigação, SD responde, de pronto: “A Polícia Civil tá falida”.

Os agentes de inteligência desfrutam de uma autonomia incomum na PM. Eles definem suas tarefas e missões na maioria das vezes, além de poder estruturar as atividades diárias por meio de um consenso no interior da própria equipe. “Fazemos o nosso planejamento e temos nossa autonomia. Quem monta as operações somos nós mesmos. Antes de entrarmos em ação, contudo, compartilhamos o que vai ocorrer com o comandante. Se der certo, ele

fica com os louros, se der errado, a culpa é nossa”.

Essa autonomia é algo que não costuma ocorrer com os policiais fardados, em especial com os de baixo escalão. SD conta um dito que costuma circular nos corredores dos quartéis: “Soldado não é para pensar, mas sim para carregar pedra”.

O ônus dessa independência é nem sempre poder contar com os PMs de farda. O procedimento recomendado é que os PMs do policiamento ostensivo assumam toda a burocracia que envolva a prisão do acusado. No entanto, muitos se recusam a fazer isso, sob a alegação de que “não foram nós que prendemos”. Exceção feita à prisão por porte ilegal de arma de fogo, que rende um dinheiro extra a quem entregar o armamento ao comando.

Por causa disso, os agentes são obrigados a dar continuidade a todo o processo de prisão, tendo de se deslocar ao fórum para prestar depoimentos, tornando suas identidades mais vulneráveis.

Por trabalharem no limite da investigação criminal, os agentes de inteligência parecem possuir certo ar de superioridade. Eles gostam de falar do seu trabalho e dos artifícios usados para a detenção de criminosos. Na sua autoimagem, eles fazem parte de um novo modelo de policiamento, distante da “polícia truculenta” de décadas atrás. A diferença no grau de instrução é um fator que os separa dos policiais “antigões”. Na época da polícia truculenta, lembra o CABO, o policial poderia entrar na PM apenas com o ensino fundamental. “A escolha se dava pelo tamanho e pelo porte físico do cara”, afirma.

Há queixas também à população, que não foi educada para receber esse novo policial. Segundo Ulisses, a causa de muitos graves é a situação de “anomia”, em que há um desconhecimento das leis. “Falta educação penal nas escolas. A população não é educada para ter uma polícia educada, prova disso é o Ronda do Quarteirão”, acrescenta.

Ao ser perguntado sobre as características de um bom agente de inteligência, SD respondeu que a prática vai formando o bom policial. O CABO, por sua vez, diverge e diz que há pessoas que dão para o negócio e outras não, embora nem sempre as escolhas feitas pela PM se guiem pelas competências pessoais. “Você pode fazer um bom trabalho, mas se o comandante não for com

sua cara, você deixa o cargo. Há na polícia o que a gente chama de ‘acocha’. Mas o que adianta o comandante acochar de um lado, se o policial afrouxa no serviço?”, questiona.

O CABO relembra um trabalho ocorrido durante o clássico Ceará e Fortaleza no primeiro semestre de 2013 em que eles mapearam o trajeto dos torcedores até o estádio. Vídeos e fotos foram feitos para subsidiar o trabalho de investigação policial. Em um dos jogos, dois homens foram mortos antes de chegar ao Castelão. Diante de tarefa tão delicada, se houvesse algum incidente nessa missão, a recomendação é que eles se abrigassem em lugar seguro e chamassem reforços. Comento que um agente de inteligência foi flagrado prendendo um manifestante em frente ao Palácio da Abolição. Os policiais me dizem que a atitude tomada foi incorreta, que um policial do reservado não poderia se expor dessa maneira, muito menos fazer prisão por vandalismo. “Ele não pode nem portar arma no meio de uma multidão daquela. O serviço reservado é muito metucioso, há muitas coisas que têm de ser levadas em consideração”, explica Ulisses.

Quando o tema se dirige novamente para os resultados obtidos pela Inteligência, Ulisses estima que, em 2012, entre 30 e 60 pessoas foram presas por sua equipe. Ele, no entanto, não possuía dados que comprovassem esse resultado. Em 2013, esse número era estimado em 20 até setembro.

Ao se perguntar sobre o modo como as interrogações são feitas, CABO diz que ele busca verificar se as informações batem, se o que um interlocutor diz é confirmado por outras pessoas. “Quando o sujeito é fichado, as perguntas vão mais a fundo”, explica. Ulisses diz que é importante perceber as manifestações corporais, se o informante fica nervoso durante o interrogatório. “A percepção é 100% nesse trabalho”, afirma.

CABO diz que faz uma observação de 360° em todo local que vai.

A gente trabalha observando as pessoas. Um corretor de imóveis, numa rua dessa, vai observar se há placas de vende-se nas casas. Nós, como trabalhamos com pessoas, buscamos ver a movimentação, o comportamento, se há alguém em situação suspeita.

“O trabalho do pesquisador é o que fazemos por excelência”, diz um agente de inteligência da PM, estabelecendo um paralelo entre a experiência

acadêmica e o trabalho policial¹³. Quando questionado sobre o modo como se apresentam às pessoas em busca de informações, ele revela:

Não nos identificamos de imediato quando estamos atuando na coleta de informações. Nós vamos jogando com as pessoas, puxando conversa, perguntando coisas. Os informantes podem se recusar a falar se souberem que somos policiais logo de cara. O desafio é passar confiança. Deixar a pessoa à vontade para falar, passar confiabilidade. Além disso, buscamos sempre manter o sigilo sobre nossas fontes, nem ao comando nós revelamos.

O soldado acrescenta que muitas informações importantes são repassadas por telefone:

As pessoas têm necessidade de falar. Agora, tem de jogar para obter as informações. Muitas pessoas resistem a passar informações logo de cara, mas, com o tempo, acabam soltando. Tem de respeitar o momento do interlocutor, ter paciência. Tem de ter sensibilidade. Um dia uma pessoa nos disse, desse jeito: “Esse negócio de polícia fardada não pega ninguém não. Vocês que andam sem farda é que sabem onde os caras estão”.

Algumas considerações

Simmel (1906) foi um dos primeiros pensadores a tratar o segredo como um elemento constitutivo das relações sociais. Para ele, o sigilo¹⁴ é fundamental para a constituição do mundo moderno e da própria individualidade. Sem o espaço da privacidade, seria impossível viver em coletividade. Além disso, o espaço do segredo também é o espaço de proteção para o surgimento de novas práticas e ideias¹⁵. A transparência total de nossas ações e pensamento tornariam inviáveis as relações humanas. Todos sabemos de alguma coisa

¹³ Essa relação foi tematizada em VARGAS, J. O antropólogo no campo da justiça, o investigador e a testemunha ocular. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 8, p. 33-51, 1998.

¹⁴ A palavra “sigilo” é empregada aqui com significação semelhante a segredo para fins de fluidez textual. O Dicionário Houaiss ratifica essa decisão com quatro das cinco acepções de sigilo relacionadas a segredo. A única diferença seria o quinto significado que corresponde ao segredo em sua forma exteriorizada como um objeto (sinete, carimbo e selo). Dentro do contexto das atividades de inteligência, o termo “sigilo” é mais usado que “segredo”, tendo em vista que o primeiro comportaria um maior grau de organização e de sistematização.

¹⁵ As sociedades secretas, nesse caso, seriam “sociedades” (expressão simmeliana) constituídas em torno da manutenção de um determinado saber secreto. Ou seja, um exemplo perfeito da dimensão sociológica do segredo.

sobre os outros. Ao mesmo tempo, os outros mantêm, para nós, uma espécie de “sombreamento” (termo empregado por Simmel) de parte relevante de seus atos e pensamentos. Bellman (1984), por sua vez, reforça o fato de o segredo estar nas práticas e procedimentos que o cercam e não necessariamente em seu conteúdo. O segredo, para o autor, está intimamente relacionado ao que é selecionado, restringindo e intencionalmente modificado e exposto. Para que se possa ter acesso a esse espaço restrito e oculto, é preciso adotar uma estratégia de interação que permita obter algum grau de “conhecimento” sobre o outro. Em caso contrário, o preconceito e o erro tomam a frente de nossas avaliações. Não por acaso, quando pergunto sobre as características ideais de um agente de inteligência, as respostas sempre incluem: “ele precisa ser discreto” ou “tem de ser uma pessoa reservada”. Busca-se uma pessoa que já tenha, pelo menos no imaginário dos selecionadores, um comportamento mais afeito à introversão.

Ao mesmo tempo, a noção de interação é um aspecto importante para compreendermos a constituição desse circuito que reúne agentes e informantes. Enquanto a associação entre os policiais pode ser creditada ao binômio hierarquia e disciplina, a manutenção do vínculo entre os agentes e seus informantes precisa ser efetivada dia após dia no que Simmel (1983) chama de “sociação” e Latour denomina de “associação”. Embora possa soar gasta, a expressão mais adequada para se compreender essas sociações é o conceito de rede. Para Latour (2012, p.192):

Rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito.

Empregamos aqui um conceito provisório de *policial-rede* para dar conta da análise do trabalho desse profissional que tece rede de relações sociais com o intuito de produzir conhecimento relevante para a corporação em que atua. Para manter a rede operante, contudo, é preciso que haja um investimento material e pessoal. É preciso ligar de forma constante para os interlocutores, “gastar tempo” com os informantes, saber ouvir seus lamentos. A obtenção de

uma informação não ocorre de forma passiva ou sem resistências. Saber extrair um dado crucial a uma investigação envolve uma série de estratégias e táticas relacionadas às relações interpessoais e às competências agentivas¹⁶.

Para tanto, parece-nos ser importante buscar a interface das questões da agência e do poder frente aos dispositivos propriamente morais. Há pelo menos dois elementos que se inter cruzam e que se manifestam fortemente em nosso objeto: a capacidade dos agentes de julgar suas ações e a de outros no que diz respeito à moralidade e a relação pendular existente entre os agentes de inteligência e a estrutura hierarquizada no interior da organização policial.

Ao constituírem suas próprias redes veladas de interação, é possível ir além das restrições que o PM fardado possui, tanto do posto de vista da eficácia policial quanto dos limites impostos pelo *ethos* policial tradicional. Esse duplo aspecto vai ao encontro de Werneck (2013) quando este afirma que toda sociologia da moral é, de certa forma, uma sociologia da agência. Gostaríamos de acrescentar a ideia de que agência e moralidades estão ancoradas em campos abertos de poder, no sentido bastante fluido, que se distancia dos usos mais duros e disposicionais da ideia de campo.

Por fim, existe ainda o elemento do ocultar-se, do deixar de ser policial (ao menos na aparência e nas posturas). Um PM entrevistado contou que, no serviço reservado, teve de fazer um esforço para não mais pensar e nem agir como policial durante suas atividades cotidianas. Há uma restrição à atuação do policial fardado, em especial quando se trata de obter informações de acesso mais restrito, mesmo que ele não esteja inserido em uma rede criminosa. Nessas áreas de relativa autonomia e indistinção a moralidade e a legalidade são negociadas quase que diariamente.

Pequenas mentiras são contadas por agentes da lei para conseguir a confiança e o dado necessário que podem fazer com que determinado criminoso seja preso ou uma quadrilha desbaratada. “É preciso jogar”, como informa um interlocutor. Esse “jogar” certamente remete à concepção do verbo em outros

¹⁶ Isso sem falar no recurso à força física e à violência como forma de obtenção da “verdade”. Sobre isso, um dos policiais entrevistados me revelou que, vez ou outra, costuma dar umas “mãozadas” nas pessoas a quem desejava obter alguma informação. Embora seja um recurso passível de ser utilizado, buscamos compreender aqui quais as estratégias não-violentas mobilizadas para obtenção de dados e informações relevantes sem deixar, evidentemente, de ressaltar esse aspecto da truculência policial.

países que é o de “representar” (*to play*)¹⁷. Trata-se de policiais que representam um papel e, para conseguir seu intento, recorrem aos argumentos que mais se adequam àquela determinada situação¹⁸.

A noção de regras de procedimento existente entre os atores (GARFINKEL, 2006) fica prejudicada então por causa da figura de uma gramática moral oculta: a do policial que assume uma identidade diferente a fim de realizar seu trabalho. Para Wachtel (1992), isso representa uma vantagem, pois ao desconhecerem os propósitos e a identidade real de seus interlocutores, os acusados/suspeitos são flagrados no “ato de serem eles mesmos”, ou seja, sem direito a recorrer a uma atitude mais defensiva perante a polícia, algo que costuma ocorrer quando das abordagens realizadas por policiais fardados. Há certamente uma assimetria nessa relação que costuma ser explorada com eficácia pelos policiais.

REFERÊNCIAS

BELLMAN, B. **The language of secrecy**. New Jersey: Rutgers University Press, 1984.

BILLINGSLEY, R. (org.). **Covert Human Intelligence Sources: the ‘unlovely face of Police work’**. Waterside Press, Hampshire, 2009.

BRADFORD, B. **Trust and confidence in the police: A conceptual review**. Wiki article. Online. <http://ssrn.com/abstract=1684508>.

BRATICH, J. Public secrecy and immanent security. **Cultural Studies** Vol. 20, n. 4-5 July/September 2006, pp. 493-511.

BRITO, V. P. **Novos paradigmas para a inteligência policial: análise comparativa entre os modelos de estado, policial e competitiva**. UFAM, monografia, 2006. 161p.

BRODEUR, J.P. Undercover policing in Canada: Wanting what is wrong. **Crime, Law and Social Change** 18: 105-136, 1992.

¹⁷ Goffman (1971) descreve alguns movimentos de controle (*controle moves*) usados por agentes de inteligência tanto para obter informações quanto para se inserir em determinada comunidade.

¹⁸ Há relatos coletados durante a realização dessa pesquisa que mencionam o fato de os policiais da 2ª Seção se apresentarem como policiais civis perante familiares de vítimas e acusados. Como se sabe, cabe à Polícia Civil o papel constitucional de conduzir a investigação criminal, com todas as sanções legais que podem ser impostas a quem se recusar a contribuir com esse trabalho.

CICOUREL, A. **Method and Measurement in Sociology**. Nova Iorque: The Free Press, 1964.

COOPER, P.; MURPHY, J. Ethical Approaches for Police Officers when Working with Informants in the Development of Criminal Intelligence in the United Kingdom. In: **Journal of Social Policy**, Volume 26, n. 1, p. 1-20, 1997.

COUTO, M. A. Investigação policial e inteligência policial. **Revista Jus Navegandi**. Online. <http://jus.com.br/revista/texto/15084/investigacao-policial-e-inteligencia-policial/> Postado em março/2008. Acesso em 24 mar. 2013.

DEBORD, G. **Comments on the Society of the Spectacle**. Verso, London, 1998.

FITZGERALD, D.G. **Informants and Undercover Investigations** - a practical guide to law, policy and procedure. CRC Press: Florida, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARFINKEL, H. **Estudios en Etnometodología**. Rubí(Barcelona) : Anthropos Editorial; México: UNAM.Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades; Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

GOFFMAN, E. **Strategic Information**. Philadelphia (EUA): University of Pennsylvania Press, 1971.

GOLDMAN, J. **Ethics of Spying** - a reader for the intelligence professional. The Scarecrow Press: Lanham, 2006.

HERMAN, M. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge University Press: Cambridge, 1999.

HORN, E. Logics of Political Secrecy. **Theory, Culture & Society**. Vol. 28(7-8): 2011, pp. 103-122.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru-SP: Edusc, 2012.

MINGARDI, Guaracy. Inteligência policial e crime organizado. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007.

PATRÍCIO, J.S. Inteligência de segurança pública. In: **Revista Brasileira de Inteligência**, vol. 2, n. 3, p.53-58, 2006.

RÊGO, C.A. **Fundamentos das atividades sigilosas**. Belo Horizonte: Centro de Instrução de Atividades Sigilosas, 2013.

ROMANO, R. Notas para uma filosofia do segredo. **Blog Filosofia Unicamp**. <http://filosofiaunicamp.blogspot.com.br/2008/05/notas-para-uma-filosofia-do-segredo.html>. Publicado em 11/05/08. Acesso em 22/12/13.

_____. Raison de État. **Blog Filosofia Unicamp**. <http://filosofiaunicamp.blogspot.com.br/2008/05/rais-on-dtat-roberto-romano-maquiavel.html>

SCHÜTZ, A. The problem of rationality in the social world. **Economica**, v. 10. n. 38, p. 130-149, 1943.

SIMMEL, G. The Sociology of Secrecy and of Secret Societies. **American Journal of Sociology** 11, 4: 441-498, 1906.

VINCENT, G. Uma história do segredo? In: PROST, A.; CHARTIER, G.V. **História da Vida Privada – Vol. V**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

WACHTEL, J. From morals to the practice: dilemmas of control in undercover policing. **Crime, Law and Social Change**, vol. 18, p. 137-158, 1992.

WERNECK, A. Sociologia da moral como sociologia da agência. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, p. 707-725, dez. 2013.

